

A BARRIGA INFLACIONÁRIA DE MARÇO DE 2019

Gilmar Mendes Lourenço

Depois dos resultados frustrantes revelados pelo nível produção e negócios do setor industrial e de nova impulsão nova impulsão do endividamento e inadimplência dos consumidores, imputada à majoração dos juros, e do desemprego, neste começo de ano, a espiral de preços voltou a exibir a sua faceta perversa no mês de março.

A propósito do preço do dinheiro para empréstimos e financiamentos, algumas modalidades como cheque especial e cartão de crédito custam mais 300,0% ao ano para os tomadores. Logo, não é *acidental* o fato de que, conforme o Banco Central (BC), o lucro líquido dos bancos atuantes no Brasil atingiu R\$ 98,5 bilhões em 2018, cifra recorde da série histórica iniciada em 1994.

A elevação do índice nacional de preços ao consumidor amplo (IPCA), calculado pelo IBGE para faixa de renda familiar entre um quarenta salários mínimos (SM), foi 0,75%, puxada pelos combustíveis – com a nova recaída de reajustes liderados pela Petrobrás, preocupada exclusivamente com a rentabilidade das cadeias de produção e comercialização, atrelada, sem explicações convincentes, ao dólar e as cotações internacionais – e a subida dos valores de comercialização dos alimentos, imputada ao excesso de chuvas e à ascensão da demanda e preços globais.

Foi a maior variação para o mês desde 2015. Naquela ocasião houve acréscimo de 1,32%, consequência da farra fiscal, patrocinada pela gestão de Dilma Rousseff, e da descompressão das tarifas administradas e do câmbio, promovida pelo titular da fazenda, Joaquim Levy, para a obtenção do rearranjo da estrutura de preços relativos, desajustada durante o intervencionismo populista reinante entre 2011 e 2015.

O indicador acumulado em doze meses passou de 3,89, em fevereiro de 2019, para 4,58%, em março de 2019, suplantando o centro da meta de inflação, fixada em 4,25% ao ano pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), para o presente exercício. No caso do índice nacional de preços ao consumidor (INPC), também aferido pelo IBGE para a extensão entre um e cinco SM, o salto foi de 3,94% para 4,67%, em igual referência comparativa.

Tal fenômeno colaborou para a intensificação da corrosão do poder de compra da população menos favorecida, em um momento particularmente dramático, marcado por elevada e crescente desocupação da mão de obra. São 13,1 milhões de desempregados, 9,9 milhões de subutilizados e 4,9 milhões de desalentados, ou aqueles que simplesmente desistiram de disputar colocações no mercado de trabalho, de acordo com o IBGE.

Decerto que se trata de um deslocamento transitório da inflação, com diminutas chances de representar descontrole na dinâmica da formação de preços, nos próximos meses, em face da enorme ociosidade dos fatores de produção e, por extensão, a condição de encolhimento da demanda doméstica de bens e serviços, as principais marcas do processo de estagnação da economia nacional desde o princípio de 2017.

O Informe Conjuntural da Confederação Nacional da Indústria (CNI), referente ao primeiro trimestre de 2019, captou acentuado recuo nas previsões de expansão da economia brasileira para o corrente ano, que passaram de 2,7%, em dezembro de 2018, para 2,0%, em abril de 2019. Para a indústria, a correção da projeção de crescimento foi maior, diminuindo de 3,0% para 1,0%, em idêntico intervalo.

Porém, ainda que pontual e localizado, o repique da curva inflacionária não deixa de constituir um alerta, ou mesmo um recado, às autoridades econômicas, reforçando a premência da perseguição de derrubada das expectativas negativas e a necessidade de atenção ao conjunto do sistema econômico e não apenas os alvos de árduas negociações com o congresso nacional, expressas nas reformas institucionais.

Até porque, não há dúvidas de que enquanto o governo Bolsonaro, em especial o ministro da Economia, Paulo Guedes, vem se dedicando a uma verdadeira cruzada de convencimento de agentes políticos e adesão dos expoentes do meio empresarial, a respeito da natureza estratégica da reforma da previdência, por suposto essencial à restauração da

Foi um deslocamento transitório da inflação, com diminutas chances de representar descontrole na dinâmica da formação de preços, nos próximos meses.

saúde fiscal do Estado e à retomada do crescimento, os indicadores do funcionamento da economia real permanecem emitindo sinais preocupantes.

Mais que isso, o alcance, eficácia e, sobretudo, efeito redistributivo das propostas de alterações encaminhadas pelo executivo ao legislativo, ou mesmo hierarquização de prioridades, ainda não foram suficientemente esclarecidos à *porção da população atingida*.

Aliás, o conteúdo conhecido traz fontes de preocupações, na medida em que cerca de 84,0% da economia de gastos de R\$ 1,07 trilhão, em dez anos, prevista nas modificações previdenciárias, serão extraídos do regime geral da previdência social (RGPS), que abarca os contribuintes privados, e não do regime próprio da previdência social (RPPS), restrito aos servidores públicos.

Por essa ordem de ideias, é forçoso reconhecer que, enquanto a orientação macroeconômica privilegiar o tratamento de aspectos ligados ao atacado em detrimento do varejo, fortemente dependente de decisões que possam contribuir para a multiplicação do ânimo e dos ganhos de eficiência da microeconomia e a geração de oportunidades, as chamadas de abalo dos fundamentos da estabilização, notadamente dos patamares de inflação, estarão permanentemente acesas.